

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	68
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	71
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	72
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	610
Preferenciais	0
Total	610
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	1.064.979	1.208.543	1.350.812
1.01	Ativo Circulante	228.602	178.097	221.170
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	161.086	92.665	122.367
1.01.03	Contas a Receber	31.127	27.069	26.927
1.01.03.01	Clientes	31.127	27.069	26.927
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.894	7.108	1.351
1.01.07	Despesas Antecipadas	0	0	754
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	30.495	51.255	69.771
1.01.08.03	Outros	30.495	51.255	69.771
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros	24.761	46.983	65.996
1.01.08.03.02	Outros créditos	4.620	3.508	2.129
1.01.08.03.03	Partes relacionadas	1.114	764	1.646
1.02	Ativo Não Circulante	836.377	1.030.446	1.129.642
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	707.756	828.244	866.508
1.02.01.07	Tributos Diferidos	64.739	66.671	89.428
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	64.739	66.671	89.428
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	515.097	630.917	678.754
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	515.097	630.917	678.754
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	127.920	130.656	98.326
1.02.01.10.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	118.373	119.332	98.326
1.02.01.10.05	Outros ativos	8.545	11.324	0
1.02.01.10.06	Direito de uso	1.002	0	0
1.02.04	Intangível	128.621	202.202	263.134

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	1.064.979	1.208.543	1.350.812
2.01	Passivo Circulante	601.642	329.458	429.413
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.661	3.540	3.460
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.661	3.540	3.460
2.01.02	Fornecedores	16.545	18.164	32.248
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.545	18.164	32.248
2.01.03	Obrigações Fiscais	41.413	34.871	19.042
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	38.931	32.576	16.777
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais	38.931	32.576	16.777
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.482	2.295	2.265
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	424.967	164.832	231.501
2.01.04.02	Debêntures	424.967	164.832	231.501
2.01.05	Outras Obrigações	108.231	89.014	56.789
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10.650	9.000	0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	10.650	9.000	0
2.01.05.02	Outros	97.581	80.014	56.789
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	74.606	67.063	42.830
2.01.05.02.04	Credor pela concessão	735	673	11.881
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	3.206	2.867	2.078
2.01.05.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	18.078	9.411	0
2.01.05.02.07	Arrendamento mercantil	956	0	0
2.01.06	Provisões	6.825	19.037	86.373
2.01.06.02	Outras Provisões	6.825	19.037	86.373
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	6.825	19.037	86.373
2.02	Passivo Não Circulante	74.094	521.840	553.116
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	478.214	543.082
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	45.045

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	45.045
2.02.01.02	Debêntures	0	478.214	498.037
2.02.02	Outras Obrigações	68	0	0
2.02.02.02	Outros	68	0	0
2.02.02.02.04	Arrendamento mercantil	68	0	0
2.02.04	Provisões	74.026	43.626	10.034
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	74.026	43.626	10.034
2.03	Patrimônio Líquido	389.243	357.245	368.283
2.03.01	Capital Social Realizado	71.000	71.000	71.000
2.03.02	Reservas de Capital	97.835	97.835	97.835
2.03.04	Reservas de Lucros	220.408	188.410	199.448
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	220.408	188.410	199.448

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	508.089	471.703	513.450
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-152.219	-170.793	-219.846
3.03	Resultado Bruto	355.870	300.910	293.604
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-52.255	-43.559	-21.433
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-53.266	-43.691	-21.923
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.011	132	490
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	303.615	257.351	272.171
3.06	Resultado Financeiro	-1.551	-19.859	-12.379
3.06.01	Receitas Financeiras	158.946	95.868	122.838
3.06.02	Despesas Financeiras	-160.497	-115.727	-135.217
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	302.064	237.492	259.792
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-102.853	-80.945	-88.528
3.08.01	Corrente	-100.920	-58.189	-79.928
3.08.02	Diferido	-1.933	-22.756	-8.600
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	199.211	156.547	171.264
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	199.211	156.547	171.264
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	326,57541	256,63443	280,76066

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	199.211	156.547	171.264
4.03	Resultado Abrangente do Período	199.211	156.547	171.264

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	323.898	226.436	152.790
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	324.039	341.463	305.104
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	199.211	156.547	171.264
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.933	22.756	8.600
6.01.01.03	Amortização do intangível	77.315	70.756	59.358
6.01.01.04	Juros sobre Empréstimos e Financ. Debentures	52.479	73.034	76.308
6.01.01.05	Juros sobre Debentures Partes relacionadas	-43.849	-51.052	-76.134
6.01.01.06	Provisão de Riscos Cíveis, Tributários. e Trabalhistas	38.645	34.646	6.241
6.01.01.07	Provisão para Manutenção e ajuste a valor presente	1.237	39.312	50.665
6.01.01.08	Resultado de instrumentos financeiros não realizados	-2.910	-5.465	979
6.01.01.09	Variação monetária com credores pela concessão	0	164	1.167
6.01.01.10	Baixa do intangível	251	132	3.094
6.01.01.11	Provisão para devedores duvidosos	-273	633	3.562
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	13.246	-8.392	-93.276
6.01.02.01	Clientes e contas a receber poder concedente	-3.785	-775	-1.029
6.01.02.02	Despesas antecipadas e outros ativos	1.410	-8.522	-1.499
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-1.855	-24.084	-83.842
6.01.02.04	Fornecedores e prestadores de serviços e partes relacionadas	506	-1.916	1.269
6.01.02.05	Obrigações Sociais e Trabalhistas	121	80	139
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	103.886	61.121	80.212
6.01.02.07	Outras Contas a Pagar	1.362	789	-922
6.01.02.08	Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas - utilização	-8.245	-10.237	-747
6.01.02.09	Partes relacionadas	14.375	17.365	-2.583
6.01.02.10	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-94.529	-42.213	-84.274
6.01.03	Outros	-13.387	-106.635	-59.038
6.01.03.01	Provisão para Manutenção - utilização	-13.449	-106.648	-59.080
6.01.03.02	Apropriação da outorga variável	62	13	42
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.641	-22.125	-57.704

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.02.01	Aquisição de Ativo Intangível	-5.641	-22.125	-57.704
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-249.836	-234.013	-13.734
6.03.01	Debêntures - Captação	0	385.517	306.619
6.03.02	Debêntures - Pagamento de principal	-223.918	-464.987	-134.474
6.03.03	Pagamento de Juros de Debêntures	-45.655	-72.629	-43.652
6.03.04	Distribuição de Dividendos	-13.075	-51.946	-113.038
6.03.05	Pagamento de Outorga Fixa	0	-11.385	-27.113
6.03.07	Empréstimos e Financiamentos - Captação	0	0	25.000
6.03.08	Liquidação de Instrumentos Financeiros	32.812	28.597	6.869
6.03.09	Pagamento de Juros de Empréstimos e financiamentos	0	-2.180	-8.945
6.03.10	Empréstimos e financiamentos - Pagamento de Principal	0	-45.000	-25.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	68.421	-29.702	81.352
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	92.665	122.367	41.015
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	161.086	92.665	122.367

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	71.000	97.835	188.410	0	0	357.245
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	71.000	97.835	188.410	0	0	357.245
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-117.410	-49.803	0	-167.213
5.04.08	Dividendos distribuídos (R\$ 192,48 por ação)	0	0	-117.410	0	0	-117.410
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-49.803	0	-49.803
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	199.211	0	199.211
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	199.211	0	199.211
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	149.408	-149.408	0	0
5.06.04	Transferência para lucros retidos	0	0	149.408	-149.408	0	0
5.07	Saldos Finais	71.000	97.835	220.408	0	0	389.243

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	71.000	97.835	199.448	0	0	368.283
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	71.000	97.835	199.448	0	0	368.283
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-128.448	-39.137	0	-167.585
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-39.137	0	-39.137
5.04.10	Dividendos distribuídos (R\$ 24,59 por ação)	0	0	-15.000	0	0	-15.000
5.04.11	Dividendos distribuídos (R\$ 185,98 por ação)	0	0	-113.448	0	0	-113.448
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	156.547	0	156.547
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	156.547	0	156.547
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	117.410	-117.410	0	0
5.06.04	Transferencia para Lucros Retidos	0	0	117.410	-117.410	0	0
5.07	Saldos Finais	71.000	97.835	188.410	0	0	357.245

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	71.000	97.835	200.962	0	0	369.797
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	71.000	97.835	200.962	0	0	369.797
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-129.962	-42.816	0	-172.778
5.04.08	Distribuição de dividendos (R\$93,11 por ação)	0	0	-56.800	0	0	-56.800
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-42.816	0	-42.816
5.04.10	Distribuição de Dividendos (R\$119,94 por ação)	0	0	-73.162	0	0	-73.162
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	171.264	0	171.264
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	171.264	0	171.264
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	128.448	-128.448	0	0
5.06.04	Transferência para lucros retidos	0	0	128.448	-128.448	0	0
5.07	Saldos Finais	71.000	97.835	199.448	0	0	368.283

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	557.643	516.952	557.050
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	539.789	494.883	480.777
7.01.02	Outras Receitas	16.294	17.420	20.897
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.560	4.649	55.376
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-85.745	-116.478	-172.568
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-44.918	-79.766	-80.351
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-30.947	-24.208	-28.226
7.02.04	Outros	-9.880	-12.504	-63.991
7.02.04.01	Custos da Concessão	-8.320	-7.855	-8.615
7.02.04.02	Custos da Construção	-1.560	-4.649	-55.376
7.03	Valor Adicionado Bruto	471.898	400.474	384.482
7.04	Retenções	-77.315	-70.755	-59.358
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-77.315	-70.755	-59.358
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	394.583	329.719	325.124
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	158.946	95.868	122.838
7.06.02	Receitas Financeiras	158.946	95.868	122.838
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	553.529	425.587	447.962
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	553.529	425.587	447.962
7.08.01	Pessoal	40.118	31.647	18.497
7.08.01.01	Remuneração Direta	34.787	26.759	13.836
7.08.01.02	Benefícios	4.260	3.944	3.682
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.071	944	979
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	158.086	132.648	139.630
7.08.02.01	Federais	130.558	107.246	115.034
7.08.02.02	Estaduais	83	89	107
7.08.02.03	Municipais	27.445	25.313	24.489
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	156.114	104.745	118.571
7.08.03.01	Juros	48.510	66.102	118.571

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.08.03.03	Outras	107.604	38.643	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	199.211	156.547	171.264
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	199.211	156.547	171.264

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 2019

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

A Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. está sediada na Rua Marlene David dos Santos, 325, Matão, Estado de São Paulo. Constituída em 29 de abril de 1998, iniciou suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997. A Sociedade tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Araraquara, Catanduva, São José do Rio Preto, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro, que totaliza 442 km de extensão.

Em 25 de fevereiro de 2013 a Sociedade obteve registro como “companhia aberta” junto à CVM.

AB Concessões S.A.

A AB Concessões, criada em 2012, é uma holding controlada pelo grupo italiano Atlantia, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de mais de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, França, Espanha, Brasil, Chile, Índia e Polônia.

A controladora AB Concessões é responsável pelas concessionárias paulistas Triângulo do Sol (100%), Rodovias das Colinas (100%) e, no Estado de Minas Gerais, pela Nascentes das Gerais (100%).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1. Destaques do ano de 2019

A receita com arrecadação de pedágio da Companhia em 2019 foi de R\$ 539.789 mil, 9,1% acima do observado em 2018 (R\$ 494.883 mil).

A receita líquida¹ em 2019 foi de R\$ 506.529 mil (+8,5%).

O tráfego da Companhia em 2019 foi de 42.411 mil de eixos equivalentes², ante 40.618 mil em 2018 (+4,4%).

O EBITDA ajustado³ em 2019 foi de R\$ 380.930 mil, contra R\$ 359.802 mil em 2018 (+5,9%).

2. Desempenho Operacional

O aumento no número de veículos que transitaram pelas rodovias da Companhia foi de 4,3% em 2019.

Desde junho de 2017, o tráfego de veículos leves e pesados vem apresentando sinais consistentes de recuperação e crescimento. Entretanto, a receita da Companhia tem sido negativamente impactada pelo início da isenção da cobrança de pedágio sobre os eixos suspensos (revogação da SLT 4, de 22 de julho de 2013). Conforme publicação no DOESP do dia 31 de maio de 2018, “o equilíbrio das equações econômico-financeiras subjacentes aos contratos de concessão do Estado de São Paulo, na extensão em que afetado pelo disposto por esta resolução (SLT 4 de 30 de maio de 2018), será recomposto nos termos da resolução ST 2 de 11 de março de 2005”.

O tráfego da Companhia tem sua maior concentração na rodovia SP-310 (Washington Luís), que representa aproximadamente 61,7% do volume de tráfego total, em eixos equivalentes. O corredor da Rodovia SP-310 é uma importante via de ligação entre as regiões noroeste do Estado de São Paulo e Centro Oeste do Brasil, grandes produtoras de commodities do agronegócio, e a região metropolitana da cidade de São Paulo e o Porto de Santos.

A tarifa média⁴ por eixo equivalente da Companhia foi de R\$ 12,73, o que representa um crescimento de 4,5% em relação ao ano de 2018.

¹ Exclui as Receitas de Construção

² Eixo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes de acordo com o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

³ O EBITDA ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção).

⁴ A tarifa média é obtida através da divisão entre a receita de pedágio e o número total de eixos equivalentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**3. Desempenho Econômico-Financeiro**

	2019	AV%	2018	AV%	Var R\$	Var %
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	508.089	100,0%	471.703	100,0%	36.386	7,7%
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(152.219)	-30,0%	(170.793)	-36,2%	18.574	-10,9%
LUCRO BRUTO	355.870	70,0%	300.910	63,8%	54.960	18,3%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Despesas gerais e administrativas	(53.266)	-10,5%	(43.691)	-9,3%	(9.575)	21,9%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.011	0,2%	132	0,0%	879	665,9%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	303.615	59,8%	257.351	54,6%	46.264	18,0%
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	158.946	31,3%	95.868	20,3%	63.078	65,8%
Despesas financeiras	(160.497)	-31,6%	(115.727)	-24,5%	(44.770)	38,7%
	(1.551)	-0,3%	(19.859)	-4,2%	18.308	-92,2%
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	302.064	59,5%	237.492	50,3%	64.572	27,2%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Correntes	(100.920)	-19,9%	(58.189)	-12,3%	(42.731)	73,4%
Diferidos	(1.933)	-0,4%	(22.756)	-4,8%	20.823	-91,5%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	199.211	39,2%	156.547	33,2%	42.664	27,3%
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	326,58		256,63		69,95	27,3%

Receita Líquida

A tabela abaixo apresenta a composição da receita líquida (em milhares de reais) e sua variação:

	2019	AV%	2018	AV%	Var R\$	Var %
Receita com arrecadação de pedágio	539.789	100,0%	494.883	100,0%	44.906	9,1%
Outras receitas	15.032	2,8%	17.157	3,5%	(2.125)	-12,4%
Receita de serviços de construção (*)	1.560	0,3%	4.649	0,9%	(3.089)	-66,4%
Receita bruta	556.381	103,1%	516.689	104,4%	39.692	7,7%
Impostos sobre as receitas:						
ISSQN	(27.443)	-5,1%	(25.310)	-5,1%	(2.133)	8,4%
PIS	(3.713)	-0,7%	(3.504)	-0,7%	(209)	6,0%
COFINS	(17.136)	-3,2%	(16.172)	-3,3%	(964)	6,0%
Receita líquida	508.089	94,1%	471.703	95,3%	36.386	7,7%
Receita Líquida (exclui receita de construção)	506.529	100,0%	467.054	100,0%	39.475	8,5%

A receita líquida (excluindo receita de construção) da Companhia passou de R\$ 467.054 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 506.529 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta variação resultou principalmente da combinação de dois fatores: i) reajuste do valor da Base Tarifária Quilométrica para os lotes integrantes da 1ª fase do Programa Estadual de Concessão de Rodovias, com percentual de 4,66%, baseado na evolução do IPCA entre junho/2018 e maio/2019, para vigorar a partir de 01 de julho de 2019; ii) tráfego de 42.411 mil de eixos equivalente no ano de 2019, volume 4,4% acima do tráfego registrado no ano de 2018 (40.618 mil de eixos equivalentes); Em 2019, a receita com arrecadação de pedágio da Companhia cresceu 9,1% em relação ao ano de 2018, alcançando R\$ 539.789 mil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Custos dos Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas**

Os custos dos serviços prestados passaram de R\$ 170.793 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 152.219 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 43.691 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 53.266 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

	2019	AV%	2018	AV%	Var R\$	Var %
Serviços de terceiros - cons., manut. e oper. das rodovias	-	0,0%	(51.036)	23,8%	51.036	-100,0%
Amortização de intangível	(77.315)	37,8%	(70.755)	33,0%	(6.560)	9,3%
Custos com a exploração da concessão (outorga variável)	(8.320)	4,1%	(7.691)	3,6%	(629)	8,2%
Gastos com prestadores de serviços	(37.285)	18,2%	(15.953)	7,4%	(21.332)	133,7%
Gastos com funcionários	(21.694)	10,6%	(20.531)	9,6%	(1.163)	5,7%
Gastos com materiais e equipamentos	(12.091)	5,9%	(10.654)	5,0%	(1.437)	13,5%
Custos com construção	(1.560)	0,8%	(4.649)	2,2%	3.089	-66,4%
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(38.644)	18,9%	(33.592)	15,7%	(5.052)	15,0%
Reembolso de Seguros	(2.780)	1,4%	9.183	-4,3%	(11.963)	-130,3%
Outras receitas	1.012	-0,5%	132	-0,1%	880	666,7%
Outras despesas	(5.796)	2,8%	(8.806)	4,1%	3.010	-34,2%
	<u>(204.474)</u>	<u>100,0%</u>	<u>(214.352)</u>	<u>100,0%</u>	<u>9.878</u>	<u>-4,6%</u>
Classificadas como:						
Custo dos serviços prestados	(152.219)	74,4%	(170.793)	79,7%	18.574	-10,9%
Gerais e administrativas	(53.266)	26,1%	(43.691)	20,4%	(9.575)	21,9%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.011	-0,5%	132	-0,1%	879	665,9%
Total	<u>(204.474)</u>	<u>100,0%</u>	<u>(214.352)</u>	<u>100,0%</u>	<u>9.878</u>	<u>-4,6%</u>

O quadro abaixo detalha as principais variações dos custos e despesas operacionais:

	2019	AV%	2018	AV%	Var %
Custos Inerentes à Operação					
Funcionários	(21.694)	10,7%	(20.531)	12,9%	5,7%
Materiais e equipamentos	(12.091)	6,0%	(10.654)	6,7%	13,5%
Ônus variável da concessão	(8.320)	4,1%	(7.691)	4,8%	8,2%
Prestadores de serviços	(37.285)	18,4%	(15.953)	10,1%	133,7%
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(38.644)	19,0%	(33.592)	21,2%	15,0%
Reembolso de Seguros	(2.780)	1,4%	9.183	-5,8%	-130,3%
Outras despesas	(5.796)	2,9%	(8.806)	5,5%	-34,2%
Outras receitas	1.012	0,5%	132	0,1%	666,7%
Sub Total	<u>(125.598)</u>	<u>61,9%</u>	<u>(87.912)</u>	<u>55,4%</u>	<u>42,9%</u>
Depreciação e amortização	<u>(77.315)</u>	<u>38,1%</u>	<u>(70.755)</u>	<u>44,6%</u>	<u>9,3%</u>
Sub Total	<u>(202.913)</u>	<u>100,0%</u>	<u>(158.667)</u>	<u>100,0%</u>	<u>27,9%</u>
Despesas Relacionadas a Ampliações e Manutenção					
Conserva especial	-	0,0%	(19.340)	34,7%	-100,0%
Constituição da provisão para manutenção	-	0,0%	(31.696)	56,9%	-100,0%
Despesas com construção	(1.560)	100,0%	(4.649)	8,3%	-66,4%
Sub Total	<u>(1.560)</u>	<u>100,0%</u>	<u>(55.685)</u>	<u>100,0%</u>	<u>-97,2%</u>
Total Custos e Despesas Operacionais	<u>(204.473)</u>		<u>(214.352)</u>		<u>-4,6%</u>

Em relação às despesas inerentes à operação, as principais variações foram:

- Materiais e equipamentos e prestadores de serviços: i) reajustes contratuais com prestadores de serviços; e ii) maior volume obras relacionadas a conservação de rotina.
- Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários: i) as demandas e processos judiciais/administrativos são acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia que, em função de seu andamento, revisaram suas estimativas de provisão para riscos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**EBITDA Ajustado**

	2019	2018	V.H.
Receita líquida	508.089	471.703	7,7%
Receita de construção	(1.560)	(4.649)	-66,4%
Receita líquida (ex receita de construção)	506.529	467.054	8,5%
Custos operacionais	(204.474)	(214.352)	-4,6%
Custos de construção	1.560	4.649	-66,4%
Custos operacionais (ex custos de construção)	(202.914)	(209.703)	-3,2%
EBIT	303.615	257.351	18,0%
Depreciação e amortização	77.315	70.755	9,3%
EBITDA	380.930	328.106	16,1%
Provisão para manutenção	-	31.696	-100,0%
EBITDA Ajustado	380.930	359.802	5,9%
Margem EBITDA Ajustado	75,2%	77,0%	-2,4%

O EBITDA ajustado da Companhia – métrica utilizada para melhor refletir a geração de caixa, pois exclui efeitos contábeis da provisão para manutenção futura – foi de R\$ 380.930 mil em 2019 (+5,9%).

Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ 257.351 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 303.615 mil no exercício findado em 31 de dezembro de 2019.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro da Companhia em 2019 foi de -R\$ 1.551 mil. Os principais fatores que impactaram a variação entre os períodos foram os juros e variações monetárias sobre debêntures, juros com partes relacionadas (debêntures credoras), resultado com operações de instrumentos financeiros e receita com aplicações financeiras.

Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social passou de R\$ 237.492 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 302.064 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 (+27,2%).

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Contribuição Social e o Imposto de Renda passaram de R\$ 80.945 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 102.853 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 (+27,1%).

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do Exercício passou de R\$ 156.547 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 199.211 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 (+27,3%).

Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 17 de abril de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$117.410, oriundos da conta de reservas de lucros.

Em 25 de julho de 2019, foi realizada a alienação de 145 (cento e quarenta e cinco) debêntures da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da AB Concessões S.A. em 29/06/2012, no valor de R\$159.669 (cento e cinquenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e nove mil reais), através da compensação de dividendos declarados pela Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Investimentos**

Após a conclusão dos investimentos em ampliações, a Triângulo do Sol vem mantendo ao longo dos anos, o seu compromisso com os usuários da rodovia, realizando diversas ações a fim de manter os melhores padrões em segurança, conservação e monitoramento da rodovia, conforme previsto em contrato.

Dívida Líquida

A Companhia possui saldo de dívida líquida no valor de R\$ 263.881 mil em dezembro de 2019, como resultado da 2ª e 5ª emissões de debêntures.

Série	Quantidade emitida	Taxas contratuais (%)	Vencimentos	2019	2018
2ª emissão:					
1ª série	32.402	100% CDI + 2,25% a.a.	abr/20	47.681	103.857
2ª série	36.705	IPCA + 5,4% a.a.	abr/20	79.861	166.417
5ª emissão:	390	100% CDI + 2,20% a.a	dez/20	299.064	378.482
				426.606	648.756
Custo de transação				(1.639)	(5.710)
Saldo líquido				424.967	643.046
Caixa				(161.086)	(92.665)
Dívida Líquida				263.881	550.381

No ano de 2018, a Companhia realizou o pagamento de juros e principal (debêntures) no valor total de R\$ 269.573 mil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Derivativos**

As contratações de instrumentos financeiros derivativos têm o objetivo de proteção ao risco de variação da inflação de suas debêntures que possuem correção indexada ao IPCA, e foram firmadas com várias contrapartes.

A Companhia contratou, em junho de 2013, operações de swap para a troca de taxa da variação do IPCA mais 5,40% ao ano (2ª série da 2ª Emissão de Debêntures) por variação do CDI mais 0,73% em média ao ano.

Os contratos de “swap” designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros foi 100% efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das debêntures da 2ª Série foi ajustado em R\$ 26.848 e reconhecido no resultado como despesa financeira no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

<u>Descrição</u>	<u>Data de início dos contratos</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Posição (valor de referência)</u>	<u>Valor de referência (nacional)</u>	Valor justo (“fair value”) 31.12.19	Valor justo (“fair value”) 31.12.18	Efeito acumulado Valor a receber (pagar)
Contratos ponta ativa							
<i>Taxa pós</i>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	50.000	10.653	22.362	(11.709)
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	260.000	55.398	116.282	(60.884)
Banco BTG Pactual	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	<u>64.741</u>	<u>13.794</u>	<u>28.955</u>	<u>(15.161)</u>
Total				374.741	79.845	167.599	(87.754)
Contrato Ponta Passiva							
<i>Taxa pós</i>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,740%	50.000	7.350	16.096	(8.746)
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,716%	260.000	38.216	83.676	(45.460)
Banco BTG Pactual	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,747%	<u>64.741</u>	<u>9.517</u>	<u>20.844</u>	<u>(11.327)</u>
Total				374.741	55.084	120.616	(65.532)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos a realizar							24.761
Instrumentos financeiros, líquido							(22.222)
Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido)							986
Pagamento de instrumento financeiro							26.848
Efeito no resultado do período – Receita financeira							5.612

Offset Swap

Em 5 de março de 2018, a Companhia contratou operações de swap a fim de preservar, aos atuais níveis, o valor justo dos derivativos contratados em 2013. A Companhia contratou swaps para troca de taxa prefixada de 5,40% ao ano adicional à variação do IPCA (ponta passiva), por variação do CDI mais 26,88% em média ao ano (ponta ativa).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. Governança Corporativa

Em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa aplicadas no mercado, bem como recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destacamos as principais práticas adotadas atualmente pela Companhia

Conselho de Administração

- O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e prestação de contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições.
- Formado por membros distintos da diretoria da Companhia, com experiência em finanças, operações rodoviárias e engenharia
- Com regimento referente a periodicidade de reuniões
- Com o cargo de presidente do Conselho ocupado por pessoa distinta da Direção do Negócio

Auditoria e Demonstrações Financeiras

- Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras
- Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS)

Transparência e Gestão

- Adoção de melhores práticas de divulgação de informações e resultados
- Política de divulgação e uso de informações que estabelece normas e procedimentos a serem observados na divulgação, por parte da Companhia, de atos e fatos relevantes
- Existência de website de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente e tempestiva das informações e resultados da Companhia

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5. Responsabilidade Socioambiental

Seguindo um sistema de gestão que maximiza o conceito de responsabilidade social, a AB Concessões investe em ações que valorizam a comunidade e o meio ambiente. Portanto, o investimento social privado do Grupo é direcionado especialmente para programas que valorizam a integridade, a segurança nas estradas e o bem-estar dos usuários e da comunidade de forma eficaz. Assim, realiza um trabalho de inteligência, no qual é produzido um estudo detalhado dos eventos no perímetro da malha rodoviária concedida e que tem sido a base para o desenvolvimento de projetos focados na redução de acidentes.

Com base nesses dados, uma equipe de profissionais altamente qualificados identifica as causas prováveis e elabora a estratégia a ser aplicada para evitar novos acidentes. Há também programas de redução e prevenção de acidentes, um trabalho preventivo no qual as concessionárias fazem investimentos em segurança viária em pontos que são diagnosticados como críticos. Os programas também promovem campanhas educativas em parceria com a Polícia Rodoviária.



Com foco nos caminhoneiros, o Grupo realiza ações gratuitas em diversas partes da malha rodoviária concedida. Na campanha “Caminhoneiro na Via”, estão disponíveis atividades para os caminhoneiros, como medição da pressão arterial, teste de diabetes, corte de cabelo, acuidade visual e orientações sobre saúde bucal. Além disso, os motoristas recebem orientações sobre direção segura, inspeção veicular e elétrica dos caminhões.



O Grupo AB Concessões levou a campanha “Motociclista na Via” a pontos com alta concentração de motociclistas. Nestes locais, itens de segurança são verificados nas motocicletas, e há a distribuição de folhetos com dicas de direção segura e fixação de adesivos refletivos em capacetes.



Os pedestres também estão sob os holofotes da AB Concessões. A campanha “Pedestre na Via” distribui panfletos com dicas de prevenção para evitar atropelamentos. Um café da manhã é oferecido aos usuários nas passarelas, que são instruídos a usar com prudência os cruzamentos sinalizados existentes nas rodovias bem como as passarelas.



Agentes em destaque nas rodovias, os usuários recebem atenção especial na campanha “Usuário na Via”, que visa reduzir o número de acidentes e aumentar a segurança nas rodovias. Ao longo do ano, com ênfase em feriados, férias e outras datas em que há maior fluxo de veículos nas estradas, intensifica-se o número de palestras, blitzes de informação e saúde e distribuição de folhetos com conteúdo de segurança, meio ambiente, entre outros.



Todos sabem que as crianças e jovens de hoje serão os impulsionadores do amanhã. Por isso, a AB Concessões desenvolve a campanha “Educação na Via”, que investe em ações de conscientização de crianças e jovens. Com atividades divertidas e o apoio da Polícia Rodoviária, crianças e adolescentes são informados das medidas de proteção ao usar as rodovias. Essas atividades acontecem em vários locais da via, comunidades lindeiras, e em escolas, quando equipes devidamente treinadas levam as informações aos alunos e professores.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Por meio desta campanha, a concessionária abre suas portas para grupos de visitantes conhecerem seu Centro de Controle Operacional (CCO) e também realiza palestras em empresas e escolas sobre segurança no trânsito e preservação ambiental. No “Comunidade na Via” são promovidas ainda ações em praças públicas e empresas, com prestação de serviços de saúde gratuitos e distribuição de materiais educativos.

6. Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S. S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2019:

A E&Y foi contratada para i) Prestação de serviço de revisão de reporting package para fins de consolidação ii) revisão de suas informações financeiras intermediárias (ITR) (iii) auditoria de suas Demonstrações Financeiras semestrais e anuais (iv) averiguação das memórias de cálculo dos índices financeiros, requeridos na 2ª emissão da Triângulo do Sol.

7. Declaração da Diretoria

De acordo com artigo 25 da instrução CVM nº480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com o conteúdo e opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, e com as respectivas Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2019 da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. ("Companhia"), sediada em Matão, Estado de São Paulo, foi constituída em 29 de abril de 1998 e iniciou suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem (DER), regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997. A Companhia obteve, em 25 de fevereiro de 2013, o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia é uma controlada da AB Concessões S.A., por sua vez uma subsidiária do grupo italiano Atlantia ("Grupo").

A Companhia tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro. No contrato firmado com o DER, compete à Companhia a execução e gestão dos serviços delegados, do apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo inicial predeterminado de 20 anos.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 16, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 37 meses sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original.

Dessa maneira, o período de exploração da concessão será até 18 de julho de 2021.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 23, de 6 de fevereiro de 2019, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 58 dias sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original.

Dessa maneira, o período de exploração da concessão será até 14 de setembro de 2021.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

As tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio de cada ano. Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o TAM nº 22, de 15 de dezembro de 2011, que definiu a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantida a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicaria a revisão contratual para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderia determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, por meio de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM passariam a vigorar a partir de 1º de julho de 2013. Entretanto, por Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP de 27 de junho de 2013, a ARTESP autorizou o reajuste das tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2013 mantendo como índice o IGP-M, conforme previsto nos termos originais do contrato de concessão.

Contudo, conforme determinação do governador do Estado de São Paulo, o reajuste das tarifas não foi repassado aos usuários em 1º de julho de 2013, sendo o ônus dessa medida assumido pelo Estado. A compensação dos impactos dessa medida está sendo analisada pela ARTESP. Até o momento foram determinados os seguintes procedimentos de compensação: (a) redução de 50% dos pagamentos variáveis mensais efetuados (ônus variável) por prazo indeterminado; e (b) implantação da cobrança dos eixos suspensos para caminhões. A redução do ônus variável deverá ser formalizada por meio de um TAM específico e a cobrança dos eixos suspensos para caminhões está em vigor desde a publicação da resolução do Governo do Estado de São Paulo. Outras medidas em estudo para a compensação dos impactos do não repasse do reajuste das tarifas são: (a) utilização de eventuais créditos que o Poder Concedente detenha contra a Companhia; e (ii) se houver necessidade, utilização do pagamento dos valores fixos mensais (ônus fixo) devido.

Em 28 de junho de 2014, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2014, em 5,72%, percentual este em desacordo com o que prevê a deliberação extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP. A Companhia desconhece a forma de cálculo utilizada para a definição do reajuste, o que evidencia a unilateralidade da medida e irá negociar o reajuste correto com a ARTESP para assegurar seus direitos contratuais. Em 27 de junho de 2015, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2015, em 4,11%. Em 26 de junho de 2015, foi celebrado entre a Companhia e a ARTESP o Termo de Rerratificação ao TAM nº 22/11, o qual estabelece que a partir de 1º de julho de 2015, para fins de reajuste da base tarifária quilométrica anual, será utilizado o índice de menor variação percentual apurado entre o IGP-M e o IPCA, preservado à Companhia o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio de aumento do prazo da concessão, a ser formalizado por aditivo contratual.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 30 de maio de 2018, foi sancionada a Resolução SLT nº 04, o qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia possui o direito à recomposição do reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade da referida resolução.

Em 28 de junho de 2019, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio em 4,66%, sendo aplicável a partir de 1º de julho de 2019.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso (ônus) de pagar:

- Valor fixo a ser liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em junho de 1998 e a última em maio de 2018. Essa obrigação era registrada na rubrica "Credor pela concessão" e foi ajustada a valor presente a partir do início da concessão à taxa de juros de 6% ao ano, definida pela Administração com base na taxa de captação de recursos obtidos de terceiros naquela data. A contrapartida do ajuste a valor presente foi lançada na rubrica "Direito de exploração", classificada no ativo intangível;
- Valor variável correspondente a 1,5% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

A Companhia concluiu os principais compromissos decorrentes da concessão.

A Companhia estima o montante de R\$6.825, em 31 de dezembro de 2019, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

A Companhia, independentemente da manutenção e da conservação necessárias para manter nível adequado de serviços durante o período de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos para as estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequentemente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Com a finalidade de atender às obrigações de conservação do pavimento do contrato de concessão, a Administração revisou, em dezembro de 2014, o plano de investimento da Companhia. Os trabalhos de manutenção profunda que garantem maior durabilidade do pavimento foram antecipados a fim de garantir um melhor aproveitamento de recursos, maior benefício econômico-financeiro e operacionalidade da infraestrutura.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será sem ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. Eventuais recomposições do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato serão discutidas com Poder Concedente, conforme previsões do Contrato de Concessão.

A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado das obras e dos bens cuja construção ou aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do período da concessão, desde que realizadas para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração, moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, e são apresentadas em Real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que tenham risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão para a amortização dos ativos intangíveis, determinação da taxa utilizada na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos a valor presente, determinação de provisões para manutenção, provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, cronograma esperado de desembolsos e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos, referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

a) *Contabilização do Contrato de Concessão*

Na contabilização do Contrato de Concessão, conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação do Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão. O Contrato de Concessão recebeu o tratamento contábil de ativo intangível devido às características mencionadas na Nota 1.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance dessa interpretação técnica, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

Uso de estimativa e julgamento--Continuação

b) *Momento de reconhecimento do ativo intangível*

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorre quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação ou melhoria da infraestrutura, que apresente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da incorporação da construção, tendo como contrapartida o ativo intangível.

c) *Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão*

A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso.

d) *Determinação das receitas de construção*

Quando a Companhia presta serviços de construção deve reconhecer a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização da receita de construção, a Administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços, aos custos de gerenciamento e de acompanhamento da obra e da empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade as normas internacionais de contabilidade - IFRS. A Companhia reconheceu como receita de construção no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$1.560, (R\$4.649 em 2018), e custo de construção nos mesmos valores.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

Uso de estimativa e julgamento--Continuação

d) *Determinação das receitas de construção--Continuação*

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço da obra ("stage of completion"), apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

e) *Provisão para manutenção referente ao Contrato de Concessão*

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa de manutenção do período ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, calculado a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

2.1. Instrumentos financeiros ativos

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Instrumentos financeiros ativos--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Instrumentos financeiros ativos--Continuação

Custo amortizado--Continuação

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

- (a) *Caixa e equivalentes de caixa*: consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e maturação por período inferior a 90 dias da data da aquisição.
- (b) *Contas a receber de clientes e do poder concedente*: apresentadas pelo seu valor de realização na data do balanço, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A Companhia apresenta valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas históricas de perda.
- (c) *Debêntures com partes relacionadas*: inclui principal e juros a receber até a data do balanço conforme os termos dos contratos descritos na Nota 5.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- (ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Instrumentos financeiros ativos--Continuação

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que estas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

2.2. Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Companhia reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda. Por tratar-se de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas a não recuperação de ativos intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2.4. Instrumentos financeiros passivos

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, debêntures, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

a) Classificação de instrumentos de dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros passivos--Continuação

b) Empréstimos e financiamentos e debêntures

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Credor pela concessão

Corresponde preponderantemente às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 6% ao ano, conforme critérios divulgados na Nota 1. O montante da obrigação ajustado a valor presente, calculado na época em que as transações se originaram, foi registrado em contrapartida do ativo intangível, em que está registrado o direito de exploração. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras", pelo transcorrer do prazo da concessão.

d) Instrumentos de "hedge"

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com juros das debêntures como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de "hedge".

Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de "hedge" usado em uma relação de "hedge" é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A Nota 21 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge" de valor justo.

e) Empréstimos e financiamentos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros passivos--Continuação

e) Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

f) Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, quando aplicável, e divididas em ciclos durante o prazo da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes, quando aplicável, é calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação de taxas calculadas pela Administração. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações são preparadas por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

“Hedge” de valor justo: “*hedge*” de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “*hedge*” de valor justo são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “*hedge*” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “*hedge*” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de “*hedge*”, o instrumento de “*hedge*” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “*hedge*”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “*hedge*”, oriundo do risco de “*hedge*”, é registrado no resultado a partir dessa data.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

As provisões para imposto de renda e a contribuição social são calculadas sobre a base tributável, com base nas alíquotas vigentes no fim dos períodos. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base nos saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, bem como créditos fiscais referentes ao benefício de ativo intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados pelo período remanescente do contrato de concessão. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de exploração, dos riscos cíveis e trabalhistas e dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis, conforme a Nota 6.

Os tributos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias e os tributos diferidos ativos somente quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização. Os ativos e passivos fiscais diferidos podem ser compensados com obrigações tributárias caso haja o direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, desde que se relacionem a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na Nota 14. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

2.7. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada e nos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados, conforme mencionado na Nota 2.d.

Receita e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credor pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

2.8. Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação da Companhia durante o período.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todos os instrumentos financeiros que potencialmente poderiam ser convertidos em ações da Companhia e que causariam efeito de diluição.

2.9. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por lei, é classificado na rubrica "Lucros retidos" e tem sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras de acordo com as IFRS, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.11. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2019 pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas--Continuação

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 16 - Arrendamento (vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento. A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com a CPC06 (R2). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia aplicou o CPC06 (R2) apenas para os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos.	A Companhia aplicou a IFRS 16 inicialmente usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 foi reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos saldos em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. O efeito da adoção inicial da IFRS 16 foi de R\$ 1.898 na rubrica Arrendamento mercantil, no passivo, sendo R\$ 874 no circulante e R\$ 1.024 no não circulante, tendo como contrapartida a rubrica Direito de uso em arrendamento no ativo não circulante. A Companhia avalia que a adoção da CPC06 (R2) não afeta sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants), descritos na Nota Explicativas n. 7.
Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento dos Tributos sobre a Renda (vigência a partir de 01/01/2019)	A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia avaliou os impactos do IFRIC 23 e entende que sua adoção não tem impacto relevante nas demonstrações financeiras.
IFRS Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00(R2) (vigência a partir de 01/01/2020)	Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e contas bancárias	3.092	3.881
Aplicações financeiras (*)	157.994	88.784
Total	161.086	92.665

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), com remuneração de 97,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. Contas a receber de cliente e do poder concedente

	31/12/2019	31/12/2018
Pedágio eletrônico (a)	31.077	27.481
ARTESP - ressarcimento (b)	3.956	3.807
Outros valores a receber	972	932
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.878)	(5.151)
Total	31.127	27.069

(a) Valores decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio. Vide Nota 20.c.

(b) Referem-se aos ressarcimentos de evasão de pedágio previstos no contrato de concessão.

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período. O prazo médio de vencimento, exceto ARTESP, é de 30 dias.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Em 1º de janeiro de 2019	(5.151)	(4.518)
Adições à provisão no período	(149)	(1.187)
Reversões no período	422	554
Em 31 de dezembro de 2019	(4.878)	(5.151)

Notas Explicativas**Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

5. Partes relacionadas

As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

Saldos patrimoniais	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante		
Outras partes relacionadas		
Soluciona Conservação Rodoviária Ltda. (c)	1.114	764
AB Concessões S.A. (a)	-	-
	1.114	764
Ativo não circulante		
Controladora:		
AB Concessões S.A. (a)	515.097	630.917
	515.097	630.917
Passivo circulante		
Dividendos a pagar - controladora		
AB Concessões S.A.	74.606	67.063
Fornecedores - outras partes relacionadas		
AB Concessões S.A. (b)	10.650	9.000
	85.256	76.063
Transações	31/12/2019	31/12/2018
Custo do serviço prestado		
Outras partes relacionadas		
Soluciona Conservação Rodoviária Ltda. (c)	(9.413)	(11.353)
Despesas administrativas		
Controladora	(9.855)	(10.124)
AB Concessões S.A. (d)	(19.268)	(21.477)
Receitas financeiras		
Controladora		
AB Concessões S.A. (a)	43.849	51.052

- (a) Debêntures: em 29 de setembro de 2012, a controladora AB Concessões S.A. emitiu 1.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor unitário de R\$500 e com vencimento original em 29 de dezembro de 2013. A Companhia adquiriu 1.000 debêntures, remuneradas a 100% da variação acumulada das taxas do CDI, acrescidas de juros que variam de 2,8% a 3,2% ao ano, que seriam pagos integralmente na data de vencimento. Essa conta a receber da controladora está vinculada à emissão, por parte da Companhia, das debêntures de 2ª emissão, descritas na Nota 8. Essas debêntures foram repactuadas em 11 de dezembro de 2013 e seu vencimento prorrogado para 28 de janeiro de 2014 e, posteriormente, para 15 de outubro de 2020. A administração da Companhia avalia, já para o próximo trimestre, junto à AB Concessões S.A. nova prorrogação de vencimento destas debêntures. Os juros remuneratórios das debêntures foram alterados para 3,2% entre os dias 24 de abril de 2013 e 31 de janeiro de 2014, 1,35% de 1º de fevereiro de 2014 a 14 de agosto de 2017 e 1,6448% de 15 de agosto de 2017 até a data de seu vencimento. Os juros remuneratórios serão pagos integralmente na data do vencimento sendo incorporados a cada período de capitalização.

Os recursos repassados à controladora, por meio da aquisição das referidas debêntures, foram investidos no sistema de concessão do Rodoanel Leste, operado pela Concessionária SPMAR S.A, empresa concessionária dos trechos sul e leste do Rodoanel Mário Covas, localizado na região metropolitana de São Paulo.

Notas Explicativas**Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

5. Partes relacionadas--Continuação

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2018, foi aprovada a proposta de compensação dos dividendos adicionais, com o saldo de debêntures a receber da controladora, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14, no valor de R\$98.889.

Em 25 de julho de 2019, foi realizada a alienação de 145 (cento e quarenta e cinco) debêntures da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da AB Concessões S.A. em 29/06/2012, no valor de R\$159.669 (cento e cinquenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e nove mil reais), através da compensação de dividendos declarados pela Companhia.

- (b) Refere-se à prestação de serviços do centro de serviços compartilhados, relacionados à contabilidade e assessoria jurídica, entre outros.
- (c) Refere-se a serviços de conservação e manutenção nas rodovias pagos antecipadamente.

A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, o que inclui salário, benefícios, remuneração variável e respectivos encargos, conforme demonstrado no quadro a seguir. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada ou remuneração baseada em participações societárias para os administradores e outros funcionários.

Os montantes destinados e reconhecidos como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$1.916 (respectivamente R\$1.734 em 30 de dezembro de 2018), os quais fazem parte da remuneração anual dos administradores aprovada pela Assembleia Geral.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Salários	1.231	1.120
Encargos	372	357
Outros benefícios	313	257
Total	<u>1.916</u>	<u>1.734</u>

Notas Explicativas**Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

6. Imposto de renda e contribuição social diferidos**a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Crédito de imposto	31/12/2019	31/12/2018
Diferença temporária:		
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	74.026	43.626
Obrigações fiscais	17.440	14.681
Mudança de prática contábil (ICPC 01 e OCPC 05) (i)	23.110	37.706
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.878	5.151
Arrendamento mercantil	23	-
Provisão de manutenção	6.825	19.037
Base de cálculo	126.302	120.200
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total dos créditos sobre diferenças temporárias	42.943	40.868
Benefício fiscal incorporado (ii)	27.550	44.950
Total dos créditos	70.493	85.818
Débito de imposto	31/12/2019	31/12/2018
Diferença temporária:		
Outros ativos	6.404	9.183
Ajuste a valor presente líquido (iii)	3.958	6.596
Instrumentos financeiros derivativos	4.922	34.825
Encargos financeiros antecipados (iv)	1.639	5.710
Base de cálculo	16.923	56.314
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do débito	5.754	19.147
Crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	64.739	66.671

(i) O montante de R\$23.110 em 31 de dezembro de 2019 (R\$37.706 em 31 de dezembro de 2018) foi gerado com base nas diferenças de critérios contábeis e fiscais e será amortizado pelo prazo remanescente de concessão.

(ii) Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o ágio de aquisição da Companhia, que foi pago pela antiga controladora da Companhia, a qual foi posteriormente incorporada em 31 de julho de 2015. Com a cisão e posterior incorporação pela Companhia da parcela cindida, a Companhia passou a ter o direito do aproveitamento desse benefício fiscal, no montante de R\$97.835, que corresponde a 34% do valor pago na aquisição do direito de concessão, registrado conforme Instrução CVM nº 319/99 e respectiva nota explicativa emitida pela CVM, bem como interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), esses impostos diferidos ativos tiveram como contrapartida a rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido. O ágio que originou esse benefício fiscal foi calculado sobre a rentabilidade futura da Companhia e será realizado de forma proporcional à amortização fiscal do ágio incorporado que o originou, até julho de 2021, prazo final da concessão.

(iii) O montante de R\$3.958 em 31 de dezembro de 2019 (R\$6.596 em 31 de dezembro de 2018) foi gerado por meio do ajuste a valor presente das obrigações com o Poder Concedente.

(iv) Referem-se às deduções de debêntures, comissões e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), retidas na liberação das debêntures, conforme Nota 8.

Notas Explicativas**Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

6. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação**a) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação**

A Administração estima que a realização dos créditos de imposto de renda e contribuição social será como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
2019	-	46.444
2020	56.537	24.868
2021	13.956	14.506
	70.493	85.818

b) Reconciliação dos impostos

O imposto de renda e a contribuição social líquidos, correntes e diferidos são reconciliados com a alíquota de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	302.063	237.492
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social	(102.701)	(80.747)
Diferenças permanentes	(152)	(198)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(102.853)	(80.945)
Representada por despesa de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(100.920)	(58.189)
Diferidos	(1.933)	(22.756)
	(102.853)	(80.945)

Notas Explicativas**Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

7. Intangível

A movimentação é como segue:

Custo	Direito de exploração (a)	Intangível em rodovias (b)	Direito de uso de software e outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	74.375	885.775	3.411	963.561
Aquisições	-	9.938	18	9.956
Baixas	-	(607)	-	(607)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	74.375	895.106	3.429	972.910
Aquisições	-	3.448	68	3.516
Baixas	-	(580)	-	(580)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	74.375	897.974	3.497	975.846

Amortização acumulada	Direito de exploração (a)	Intangível em rodovias (b)	Direito de uso de software e outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(64.253)	(633.135)	(3.039)	(700.427)
Amortização	(2.694)	(67.937)	(125)	(70.756)
Baixas	-	475	-	475
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(66.947)	(700.597)	(3.164)	(770.708)
Amortização	(2.892)	(73.866)	(88)	(76.846)
Baixas	-	329	-	329
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(69.839)	(774.134)	(3.252)	(847.225)

Intangível líquido	Direito de exploração (a)	Intangível em rodovias (b)	Direito de uso de software e outros	Total
Saldos em 31/12/2018	7.428	194.509	265	202.202
Saldos em 31/12/2019	4.536	123.840	245	128.621
Taxa média (a.a.)	4,35%	37,81%	20%	-

(a) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.

(b) Refere-se a investimentos efetuados nas rodovias que geram benefício econômico futuro e que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.

A Administração da Companhia não identificou risco de não recuperação desses ativos em 31 de dezembro de 2019.

Notas Explicativas**Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

8. Debêntures

Série	Quantidade emitida	Taxas contratuais (%)	Vencimento	31/12/2019	31/12/2018
2ª emissão:					
1ª série	32.402	100% CDI + 2,25% a.a.	Abril/2020	47.681	103.857
2ª série (a)	36.705	IPCA + 5,4% a.a.	Abril/2020	79.861	166.417
5ª emissão	390	100% CDI + 2,20% a.a	Dezembro/2020	299.064	378.482
Custo de transação				(1.639)	(5.710)
Total				424.967	643.046
Circulante				424.967	164.832
Não circulante				-	478.214

5ª emissão

Em 16 de junho de 2018, a Companhia efetuou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 15 de dezembro de 2020. O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures terá amortizações parciais de acordo com o cronograma previsto no instrumento particular de escritura. O montante total da emissão foi de R\$390.000, sendo 390 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000, em série única, as quais serão remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 2,20% ao ano, cujos recursos foram destinados para o resgate antecipado total das debêntures da 3ª e 4ª emissão, bem como o pagamento antecipado integral de Cédula de Crédito Bancário em 28 de setembro de 2018.

2ª emissão

Em 15 de fevereiro de 2013, a Companhia efetuou a 2ª emissão de debêntures nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, em duas séries (32.402 na primeira série e 36.705 na segunda série) com garantia real. A 2ª emissão foi registrada na CVM em 25 de fevereiro de 2013.

(a) Essa operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “*hedge*” de valor justo (Nota 20).

A Companhia poderá realizar, a partir de 15 de fevereiro de 2019, o resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures da 1ª e 2ª séries na data de amortização das debêntures de cada série, mediante pagamento de prêmio.

Cláusulas restritivas

As debêntures da 2ª e 5ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas. A escritura completa das debêntures está disponível no “website” do agente fiduciário www.pentagontrustee.com.br e da Companhia.

Notas Explicativas**Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

9. Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
De materiais	4.064	3.902
De serviços de engenharia	12.481	14.262
Total	16.545	18.164

10. Credor pela concessão

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, composto pelos valores devidos ao Poder Concedente pela exploração da concessão.

O valor do ônus fixo da concessão foi liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em junho de 1998. Os montantes foram reajustados conforme mencionado na Nota 1.

O montante do ônus por concessão é apresentado como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Parcela variável (a)	735	673
Total	735	673

(a) Saldo variável correspondente a 1,5% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Conforme mencionado na Nota 1, pelo fato de o reajuste das tarifas de pedágio não ter sido repassado aos usuários, esse percentual foi reduzido em 50% por prazo indeterminado, devendo essa redução ser formalizada através de TAM específico.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram pagos ao Poder Concedente o montante de R\$8.258 referente à parte variável do direito de exploração.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram pagos ao Poder Concedente o montante de 19.062, respectivamente (R\$11.385 referentes à parcela fixa do direito de exploração e R\$7.677 referentes à parte variável)

11. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão para manutenção foram ajustados a valor presente à taxa de 6,5% ao ano, revisada anualmente, e provisionados a cada trecho de rodovia, com intervenções que ocorreram, em média, a cada quatro anos.

Notas Explicativas**Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

11. Provisão para manutenção--Continuação

A movimentação do saldo das provisões para manutenção é conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	19.037	86.373
Adição e ajuste a valor presente	1.237	39.312
Utilização	(13.449)	(106.648)
Saldo final	6.825	19.037

12. Obrigações fiscais

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda	26.955	22.190
Contribuição social	9.763	8.137
Imposto Sobre Serviços (ISS)	2.482	2.295
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	1.939	1.914
Outras	274	335
Total	41.413	34.871

13. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e outros

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais pendentes de resolução e correspondentes a casos administrativos (não trabalhista ou tributários), cíveis, trabalhistas e tributários.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas prováveis que possam decorrer de referidos casos e estima que sua decisão final não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado de suas operações em virtude dos depósitos judiciais existentes.

A Companhia espera que parte dos valores de provisão seja reembolsada, em decorrência dos contratos de seguros contratados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21, e reconheceu os valores de reembolso como um ativo separado, no montante de R\$6.404.

Notas Explicativas**Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

13. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e outros--Continuação

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e outros é conforme segue:

	31/12/2018	Adições	Atualizações	Reversões	Utilizações	31/12/2019
Cíveis (a)	21.452	12.435	3.988	(6.631)	(2.018)	29.226
Trabalhistas (b)	19.866	22.131	797	-	(5.463)	37.331
Tributário (d)	-	1.121	-	-	-	1.121
Outras contingências (c)	2.308	5.162	94	(452)	(764)	6.348
Total	43.626	40.849	4.879	(7.083)	(8.245)	74.026

	31/12/2017	Adições	Atualizações	Reversões	Utilizações	31/12/2018
Cíveis (a)	1.899	23.071	2.931	(2.284)	(4.165)	21.452
Trabalhistas (b)	1.819	24.642	2.544	(5.615)	(3.524)	19.866
Outras contingências (c)	6.316	1.174	36	(2.670)	(2.548)	2.308
Total	10.034	48.887	5.511	(10.569)	(10.237)	43.626

(a) Refere-se a casos judiciais, principalmente, a pedidos de indenização por eventos ocorridos nas rodovias, ou discussões judiciais com o Poder Público, inclusive ambientais. O incremento identificado no período decorre da tese de responsabilidade objetiva atualmente aceita por parte do judiciário para determinadas situações decorrentes de contratos de serviços públicos.

(b) Refere-se a pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras excedentes, adicional de insalubridade entre outros. O incremento identificado no período decorre de discussões sobre a responsabilidade decorrente do conceito de grupo econômico e, dentre esses, parte poderá gerar alguma perda para a Companhia, em razão de entendimento processual pelo judiciário trabalhista que denegou seguimento para determinados recursos. Tais casos ainda têm recursos pendentes de julgamento pelos tribunais superiores.

(c) Correspondem substancialmente a processos administrativos do Poder Concedente, em razão do gerenciamento dos indicadores contratuais.

(d) Refere-se a casos judiciais vinculados aos fiscos municipais, no que tange ao recolhimento do ISSQN.

Adicionalmente, a Companhia é parte em processos cíveis (casos judiciais não trabalhistas ou tributários), decorrentes de pedidos de indenização por usuário das rodovias, desapropriações, discussões com fornecedores e com o Poder Público no valor de R\$18.854 (R\$21.138 em 31 de dezembro de 2018), trabalhistas, decorrentes de pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras, aviso prévio, adicional de insalubridade, grupo econômico, entre outros, no valor de R\$5.122 (R\$11.102 em 31 de dezembro de 2018) e outras contingências, decorrentes de processos administrativos, não trabalhista ou tributário, iniciados por notificações aplicadas pelo Poder Público no valor de R\$20.412 (R\$22.028 em 31 de dezembro de 2018) ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, ou reflexos dos seus *stakeholders*, classificados como de risco possível pelos seus advogados, para os quais não foi constituída provisão. Dentre os processos cíveis, consta a ação declaratória proposta pela ARTESP e o Governo do Estado de São Paulo, na qual se discute a anulação do TAM nº 19/06, que, conforme mencionado na Nota 1, aumentou o prazo de concessão, sendo o risco classificado como possível de perda, de acordo com seus advogados. O processo está em fase de instrução e aguarda pela conclusão da perícia e produção de provas requeridas.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

13. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e outros--Continuação

O saldo de depósitos judiciais e bloqueios judiciais (decorrentes de arresto ou penhora), no montante de R\$32.356 e R\$86.017, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019 (R\$30.345 e R\$88.987, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018), classificados no ativo não circulante, referem-se a garantias judiciais. O valor de garantia judicial corresponde, principalmente, a processos de natureza trabalhista de terceiros, cujo valor total é de R\$89.845 (R\$89.038 em dezembro de 2018, e nos quais a Companhia foi envolvida, apenas, na fase de execução e figurou como parte na fase de conhecimento. A Companhia adota todas as medidas cabíveis para reverter os valores sob constrição judicial.

14. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$71.000 e está representado por 610.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, detidas diretamente pela AB Concessões S.A.

Reserva de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2015, foi aprovada a cisão total da Atlantia Bertin Concessões S.A. e incorporação de suas parcelas cindidas pela Companhia e demais empresas do grupo AB Concessões S.A. A AB Concessões S.A., única acionista da Atlantia Bertin Concessões S.A., passou a ser a controladora direta da Companhia. A Companhia registrou Reserva de capital de R\$97.835, como contrapartida dos saldos incorporados.

Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é calculada no fim de cada exercício, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, até o valor máximo estabelecido em Lei (20% do capital social). Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foi constituída reserva legal, pois seu saldo já atingiu o limite de 20% do capital social.

O lucro remanescente, após as destinações legais e a destinação de dividendos mínimos obrigatórios de 25%, é classificado na rubrica "Reserva de lucros".

Conforme previsto na lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social e, atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso, nos termos da lei.

Notas Explicativas**Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

14. Patrimônio líquido--ContinuaçãoReservas de lucros e distribuição de dividendos--Continuação

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de janeiro de 2018, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$15.000, oriundos da conta de reservas de lucros.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26 de abril de 2018, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$113.448, tendo como base o saldo da rubrica "Reservas de lucros", dos quais R\$98.889 foram compensados contra o saldo devedor da acionista da Companhia, AB Concessões S.A.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram pagos e compensados dividendos no total de R\$150.835, oriundos do saldo de reserva de lucros retidos.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 17 de abril de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$117.410, oriundos da conta de reservas de lucros.

Em 25 de julho de 2019, foi realizada a alienação de 145 (cento e quarenta e cinco) debêntures da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da AB Concessões S.A. em 29/06/2012, no valor de R\$159.669 (cento e cinquenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e nove mil reais), através da compensação de dividendos declarados pela Companhia.

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2019 está assim demonstrado:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro do exercício (base para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios)	199.211	156.547
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	49.803	39.137
Dividendos propostos	49.803	39.137

Notas Explicativas**Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

15. Receita operacional líquida

A receita é composta conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Receita com arrecadação de pedágio	539.789	494.883
Receita de construção (*)	1.560	4.649
Outras receitas	15.032	17.157
Receita bruta	556.381	516.689
Deduções da receita:		
ISS	(27.443)	(25.310)
PIS	(3.713)	(3.504)
COFINS	(17.136)	(16.172)
Receita líquida	508.089	471.703

(*) As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade às normas internacionais de contabilidade - IFRS. A Companhia reconheceu como receita de construção no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 os montantes de R\$319 e R\$1.576, respectivamente (R\$86 e R\$2.790 em 2018), e custo de construção nos mesmos valores.

16. Custos e despesas por natureza

	31/12/2019	31/12/2018
Serviços de terceiros - conservação, manutenção e operação da rodovia (***)	-	(51.036)
Despesas de amortização (**)	(77.315)	(70.755)
Despesas com a exploração da concessão (custo variável da outorga)	(8.320)	(7.691)
Despesas com prestadores de serviços	(37.285)	(15.953)
Despesas com funcionários	(21.694)	(20.531)
Despesas com materiais e equipamentos	(12.091)	(10.654)
Custos com construção (*)	(1.560)	(4.649)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(38.645)	(33.592)
Reembolso de seguros	(2.780)	9.183
Outras receitas	1.012	132
Outras despesas	(5.796)	(8.806)
Total	(204.474)	(214.352)
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(152.219)	(170.793)
Despesas gerais e administrativas	(53.266)	(43.691)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.011	132
Total	(204.474)	(214.352)

Notas Explicativas**Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

16. Custos e despesas por natureza--Continuação

(*) Vide Nota 15.

(**) Refere-se à amortização do intangível somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do IFRS 16. Este último no valor de R\$469.

(***) Refere-se à provisão para manutenção que, em adição ao ajuste a valor presente, cotejará com a movimentação da provisão para manutenção na Nota Explicativa nº 11.

17. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Receita com rendimentos de aplicação financeira e outras	9.521	8.917
Juros com partes relacionadas	43.849	51.052
Receita com operações de instrumentos financeiros derivativos - <i>Hedge</i>	11.857	16.703
Outras receitas com operações de instrumentos financeiros derivativos	93.719	19.196
	158.946	95.868
Despesas financeiras		
Variação monetária do direito de outorga de concessão - ônus fixo	-	(164)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures	(52.479)	(73.035)
Despesa com operações de instrumentos financeiros derivativos - <i>Hedge</i>	(6.245)	(6.872)
Outras despesas com operações de instrumentos financeiros derivativos	(96.421)	(23.561)
Outras despesas financeiras	(5.352)	(12.095)
	(160.497)	(115.727)
Resultado financeiro	(1.551)	(19.859)

18. Lucro por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

Básico e diluído	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do período	199.211	156.547
Número médio ponderado de ações	610.000	610.000
Lucro por ação - básico e diluído (em R\$)	326,58	256,63

No período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação e, portanto, o lucro por ação básico e diluído são idênticos.

Notas Explicativas**Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

19. Demonstração dos fluxos de caixaInformações suplementares

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa desembolsado durante o período:		
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa		
Fornecedores de intangível	(2.125)	(12.168)
Compensação de saldo a receber de partes relacionadas com dividendos distribuídos	159.670	98.889

20. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos na rodovia, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Índice de endividamento

O índice de endividamento é o seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
Dívida	426.606	648.756
Caixa e equivalentes de caixa	(161.086)	(92.665)
Dívida líquida	265.520	556.091
Patrimônio líquido	389.243	357.245
Índice de endividamento líquido	0,68	1,56

Notas Explicativas**Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--ContinuaçãoÍndice de endividamento--Continuação

A Companhia possui índice de endividamento líquido de 0,68 em 31 de dezembro de 2019 (1,56 em 31 de dezembro de 2018), como resultado da 2ª e 5ª emissão de debêntures públicas (Nota 8). Os recursos da 2ª emissão foram destinados para amortização de dívidas de curto e longo prazo, bem como para a aquisição de debêntures simples emitidas por sua controladora com o objetivo de financiar investimentos em outra concessionária de rodovias (Nota 5.a). Os recursos da 5ª foram destinados para: (i) o resgate antecipado total das debêntures da 3ª e 4ª emissão de debêntures; e (ii) o pagamento antecipado integral da Cédula de Crédito Bancário emitida em 13 de outubro de 2016.

Valor justo dos instrumentos financeirosa) *Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado*

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, uma vez que:

1. O caixa e os equivalentes de caixa estão substancialmente indexados ao CDI.
2. As contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores possuem prazo médio de 30 dias.
3. As contas a receber de partes relacionadas possuem prazo superior a um ano e estão atreladas a operações futuras de empresas vinculadas ao seu grupo controlador, conforme apresentado na Nota 5 e incorporam os juros a receber até a data do balanço.
4. Credor pela concessão refere-se ao compromisso assumido com o Poder Concedente, conforme mencionado na Nota 10, e está atualizado monetariamente e ajustado a valor presente até a data do balanço.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável.

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de empréstimos e financiamentos aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*)	345.347	350.781	478.412	494.085

(*) Valores brutos dos custos de transação das parcelas não protegidas, conforme mencionado na Nota 8.

Notas Explicativas**Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--ContinuaçãoValor justo dos instrumentos financeiros--Continuaçãoa) *Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado--Continuação*

A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros mantidos pela Companhia conforme suas características:

	31/12/2019	31/12/2018
	Designados ao valor justo por meio do resultado	
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	161.086	92.665
	Empréstimos e recebíveis	
Contas a receber e partes relacionadas	32.241	27.833
Debêntures com partes relacionadas	515.097	630.917
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	
Fornecedores e partes relacionadas	27.195	27.164
Debêntures - 2ª emissão - 1ª série e 5ª emissão	346.745	482.339
Credor pela concessão	735	673
Outras contas a pagar	3.206	2.867

b) *Instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo*

As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia têm como objetivos desde a proteção ao risco de variação da inflação de suas debêntures que possuem correção indexada ao IPCA, conforme demonstrado na Nota 8, bem como a preservação dessa variação, a partir de instrumentos financeiros derivativos, denominados “*offset swaps*” com taxas opostas às dos *swaps* contratados com o objetivo de proteção (*hedge*) e foram firmadas com várias contrapartes. Os derivativos avaliados com técnicas de avaliação com informações observáveis de mercado são principalmente “*swaps*” de taxa de juros.

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação:

- Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

b) *Instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo--Continuação*

- Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Nível 3: são os obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo determinados de acordo com o nível 2, pois considera outras variáveis na mensuração e não apenas o preço dos produtos.

A Companhia contratou “*swap*” para troca de taxa prefixada de 5,4% ao ano adicional à variação do IPCA, por variação do CDI mais 0,725% ao ano. Essa operação, assim como a dívida (objeto do “*hedge*”), está sendo avaliada de acordo com a contabilidade de “*hedge*” de valor justo.

Em 5 de março de 2018, a Companhia contratou operações de *swap* a fim de preservar, aos atuais níveis, o valor justo dos derivativos contratados em 2013. A Companhia contratou *swaps* para troca de taxa prefixada de 5,40% ao ano adicional à variação do IPCA (ponta passiva), por variação do CDI mais 26,88%, ao ano, em média (ponta ativa).

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

b) Instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo--Continuação

A posição desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2019, é como segue:

Descrição	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência (nominal)	Valor justo	Valor justo	Efeito acumulado
					31/12/2019	31/12/2018	Valor a receber (pagar)
					("fair value")	("fair value")	
<u>Contratos ponta ativa</u>							
<u>Taxa pós</u>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	15/04/2020	CDI + 26,95%	24.250	8.244	21.119	(12.875)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	15/04/2020	CDI + 26,84%	126.100	42.848	109.710	(66.862)
Banco BTG Pactual S.A.	05/03/2018	15/04/2020	CDI + 27,01%	31.400	10.676	27.360	(16.684)
Total				181.750	61.768	158.189	(96.421)
<u>Contrato ponta passiva</u>							
<u>Taxa pós</u>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	15/04/2020	IPCA + 5,4%	24.250	10.653	22.362	11.709
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	15/04/2020	IPCA + 5,4%	126.100	55.398	116.282	60.884
Banco BTG Pactual S.A.	05/03/2018	15/04/2020	IPCA + 5,4%	31.400	13.794	28.955	15.161
Total				181.750	79.845	167.599	87.754
Instrumentos financeiros, líquido							
Recebimento de instrumento financeiro							(8.667)
Efeito acumulado no período							5.964
							(2.703)

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

b) *Instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo--Continuação*

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para “swaps”, divulgadas, também, pela BM&FBovespa.

Durante o período, os contratos de “swap” designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros foi 100% efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das debêntures da 2ª Série foi ajustado em R\$986 e reconhecido no resultado como despesa financeira no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

b) Instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo--Continuação

Descrição	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência (nacional)	Valor justo		Efeito acumulado	
					Valor justo	Valor justo ("fair value")	Valor a receber	Valor a receber ("fair value")
Contratos ponta ativa								
Taxa pós								
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	50.000	10.653	22.362	(11.709)	
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	260.000	55.398	116.282	(60.884)	
Banco BTG Pactual	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	64.741	13.794	28.955	(15.161)	
Total				374.741	79.845	167.599	(87.754)	
Contrato Ponta Passiva								
Taxa pós								
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,740%	50.000	7.350	16.096	(8.746)	
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,716%	260.000	38.216	83.676	(45.460)	
Banco BTG Pactual	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,747%	64.741	9.517	20.844	(11.327)	
Total				374.741	55.084	120.616	(65.532)	
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos a realizar								
Instrumentos financeiros, líquido								
Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido)							24.761	
Recebimento de instrumento financeiro							(22.222)	
Efeito no resultado do período - Receita financeira							986	
							26.848	
							5.612	

A Companhia não possuía contratos de derivativos embutidos.

Notas Explicativas**Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--ContinuaçãoRiscos de mercadoa) *Exposição a riscos cambiais*

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) *Exposição a riscos de taxas de juros*

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado. Em 31 de dezembro de 2019, a Administração efetuou análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475/08, que requer que sejam apresentados dois cenários, e foram considerados aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixas futuros da Companhia, conforme descrito a seguir:

- Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2019;
- Cenário II: aumento de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2019;
- Cenário III: aumento de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2019.

	Valor contábil	Cenário provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Variação do CDI (i)	-	4,56%	5,70%	6,84%
Variação do IPCA (i)	-	4,09%	5,11%	6,14%
Empréstimos - indexador				
Debêntures - CDI	346.745	23.813	27.853	31.893
Debêntures - IPCA	78.100	4.153	5.050	5.947
Aplicações financeiras e debêntures ativas				
Indexador:				
CDB, operações compromissadas - CDI	157.994	7.020	8.774	10.528
Debêntures ativas - CDI	515.097	32.347	38.316	44.284
Exposição líquida (perda)	(248.246)	(11.401)	(14.187)	(16.972)
Aumento nas despesas financeiras em relação ao cenário base	-	-	2.786	5.571
"Swap" versus debêntures: (ii)				
Derivativos (risco de queda do IPCA)	-	161	400	795
Debêntures (risco de aumento do IPCA)	-	(161)	(400)	(795)

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Riscos de mercado--Continuação

b) *Exposição a riscos de taxas de juros*--Continuação

- (i) Fonte: Boletim de índices financeiros da BM&F Bovespa projetado para 2019.
- (ii) Considera o efeito da variação do CDI para os próximos 12 meses ou até a data de vencimento do contrato, o que for menor, sobre as debêntures (Nota 8) emitidas originalmente em IPCA (2ª série), após o efeito do "swap", que efetivou a troca do indexador de IPCA para CDI.

c) *Risco de crédito*

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

A Companhia apresenta valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., conforme descrito na Nota 4, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar").

A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

A aplicação referente a perdas de crédito esperadas não resulta em valores significativos nos instrumentos financeiros da Companhia.

O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As debêntures passivas, conforme mencionado na Nota 8, foram emitidas tendo em vista o pagamento e alongamento dos empréstimos e financiamentos existentes, além do repasse de recursos à controladora, conforme mencionado na Nota 5.

Notas Explicativas**Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--ContinuaçãoRiscos de mercado--Continuaçãoc) *Risco de crédito--Continuação*

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento dos ativos e passivos financeiros e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos e ativos financeiros com base no vencimento contratual e na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e recebíveis. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, as atualizações tiveram como base a taxa DI na data do balanço:

Modalidade	Valor contábil	Juros estimados (a)	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Não circulante
Ativos circulantes e não circulantes									
Contas a receber de clientes e do poder concedente	31.127	-	31.127	-	31.127	-	-	-	-
Partes relacionadas	516.211	7.698	-	8.812	8.812	515.097	-	-	515.097
Swap (líquido)	24.761	-491	-	24.270	24.270	-	-	-	-
Outras contas a receber	10.514	-	-	10.514	10.514	-	-	-	-
Total	582.613	7.207	31.127	43.596	74.723	515.097	-	-	515.097
Passivos									
Debêntures - principal (b)	422.519	843	-	423.362	423.362	-	-	-	-
Debêntures - juros	2.325	16.477	4.640	14.163	18.802	-	-	-	-
Swap (líquido)	18.078	-35.621	-	-17.543	-17.543	-	-	-	-
Credor pela concessão	735	-	735	-	735	-	-	-	-
Fornecedores e partes relacionadas	27.195	-	5.368	21.827	27.195	-	-	-	-
Outras contas a pagar	3.206	-	-	3.206	3.206	-	-	-	-
Total	474.058	-18.301	10.743	445.015	455.757	-	-	-	-

(a) Fluxos de caixa futuros relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31 de dezembro de 2019 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos.

(b) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura da 4ª, 5ª e 6ª emissões das debêntures. As amortizações de principal da 2ª e 3ª séries tiveram atualização monetária pelo IPCA, conforme escritura.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

21. Seguros contratados

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do mesmo ramo.

Em 31 de dezembro de 2019, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização	Vencimento do contrato
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Danos materiais à rodovia	16.000	01/09/2020
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Perda de receita (cobertura acessória)	48.000	01/09/2020
Seguro riscos responsabilidade civil	Danos materiais e corporais a terceiros	46.500	01/09/2020
Seguro-garantia	Funções de ampliação	9.718	01/09/2020
Seguro-garantia	Funções operacionais e de conservação	128.186	01/09/2020

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

22. Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias, e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

23. Eventos Subsequentes

Conforme orientação da CVM de 10 de março de 2020, por meio do Ofício Circular SNC/SEP/nº 02/2020, bem como em atendimento ao CPC 24 - Eventos Subsequentes, a Administração da Companhia informa que ainda não foi possível identificar alterações significativas em seus negócios como, por exemplo, a redução no volume de tráfego pedagiada que possam estar relacionadas ao Covid-19.

Desta forma, até a data de divulgação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, não é possível estimar quais os riscos e incertezas a Companhia está ou estará exposta no curto, médio e longo prazo, devido aos impactos ainda imensuráveis. Contudo, a Companhia não descarta que uma retração na economia e no mercado em geral decorrente da pandemia do Covid-19 pode afetar adversamente suas operações

24. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 18 de março de 2020.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Acionistas e Administradores da
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas financeiras.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Transações com partes relacionadas

A Companhia adquiriu debêntures de emissão de sua controladora (“AB Concessões S.A.” ou “Grupo”). Esses saldos estão registrados no ativo não circulante e são remunerados de acordo com os termos previstos nas escrituras das debêntures adquiridas com garantias reais atreladas à operação. Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria dada a magnitude e realização dos recursos repassados à controladora por meio da aquisição das referidas debêntures, os quais foram utilizados para serem repassados a uma outra parte relacionada. A liquidação dessas debêntures depende da capacidade de pagamento da credora e garantias de realização da mesma.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o uso de profissionais experientes no setor de concessões para nos auxiliar na validação das premissas e metodologias usadas pelo Grupo, em particular aquelas relacionadas às projeções de fluxos de caixa futuros e o processo pelo qual elas são elaboradas e testamos as principais premissas que lhes serviram de base, além de sua situação financeira, focados na capacidade da credora liquidar essas debentures junto à Companhia.

Avaliamos ainda as divulgações da Companhia sobre os valores e condições acordadas das transações com partes relacionadas que constam na nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências apresentadas pela Administração, acerca da liquidação dessas debêntures por seu acionista controlador de acordo com os termos contratuais, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a

responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros financeiros, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de

auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 18 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Luís Alexandre Marini
Contador CRC-1SP182975/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

De acordo com artigo 25 da instrução CVM nº480/09, a diretoria declara que revisou as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2019 da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A., e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da empresa e todos os demais aspectos relevantes correspondentes aos períodos apresentados.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

De acordo com artigo 25 da instrução CVM nº480/09, a diretoria declara que revisou o relatório com a opinião dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2019 da Triângulo do Sol AutoEstradas S.A., e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tal opinião e parecer sobre as Demonstrações financeiras refletem adequadamente todos os aspectos relevantes da Companhia.